

A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DE GÊNERO DA DITADURA MILITAR NA UFES

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo

lalapelegrine@gmail.com

Esta discussão objetiva analisar a violência institucional de gênero cometida pela ditadura militar (1964-1985) contra militantes políticas estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre os anos de 1968 e 1973, quando a estrutura repressiva do regime atingiu sua forma mais plena e intensificou a ação nos espaços representados como formadores da subversão, as universidades públicas. O uso do gênero se mostra uma importante ferramenta para compreender de que maneira os militares – em sua grande maioria, homens – manipularam as categorias de feminilidade e masculinidade na aplicação da tortura objetivando o controle social das mulheres enquadradas como inimigas internas da nação. Em função disso, tem-se como objetivo demonstrar a relevância da perspectiva de gênero nas pesquisas historiográficas que se debruçam sobre violência institucional perpetrada pela ditadura contra as mulheres. Inicialmente, pretende-se problematizar a predominância de temas e abordagens essencialmente políticas e androcêntricas nas análises, de modo a evidenciar que essa tradição do sujeito universal masculino impõe limites ao conhecimento histórico que deseja conhecer os espaços que as militantes ocuparam, os papéis sociais e comportamentos aos quais foram submetidas e as consequências disso no interior no cenário repressivo. Em seguida, almeja-se mostrar a relevância da categoria violência institucional de gênero e de seu uso nas pesquisas historiográficas da ditadura que consideram as representações coletivas de gênero e buscam entender como elas se baseiam no arcabouço do patriarcado e constroem um imaginário que incorpora discursos e dispositivos controladores de corpos, comportamentos e papéis sociais, repercutindo no caráter de determinadas culturas políticas compartilhadas entre grupos sociais e fornecendo sentido às ações políticas empreendidas por esses grupos. Finalmente, a partir das considerações do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e dos testemunhos orais concedidos pelas vítimas à Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pretende-se analisar a violência institucional de gênero perpetrada pelos militares contra as militantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Palavras-chave: Ditadura militar; Gênero; Papéis sociais; Patriarcado; Violência de gênero.

O tema da ditadura militar brasileira (1964-1985) possui, atualmente, uma considerável produção bibliográfica no campo da historiografia. No entanto, é curioso observar que ainda há um largo predomínio dos assuntos de dimensão política nas análises. Discussões sobre o caráter militar ou civil-militar do golpe de 1964, a constituição e atuação do aparelho repressivo, a luta armada de enfrentamento ao regime, a resistência civil-democrática e o movimento pela anistia são clássicas e estão sendo frequentemente revisitadas pelos pesquisadores.¹

¹ A título de exemplo, podem ser destacadas as seguintes obras: AQUINO, 1999; CODATO, 2005; DREIFUSS, 1981; FICO, 2001, 2003, 2004 e 2014; MAGALHÃES, 1997; NAPOLITANO, 2011; REIS FILHO, 2000; ROLLEMBERG, 2006.

Enquanto isso, o debate, sob uma perspectiva das relações gênero, acerca dos lugares ocupados pelas mulheres e, sobretudo, aos quais elas foram submetidas durante um período de claro acirramento das práticas discriminatórias e violentas permanece minorado. Refletindo sobre essa lacuna, Marcelino (2011, p. 22) observa que:

A memória construída sobre os anos da ditadura, de modo geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura que existia no período. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como o gênero e a sexualidade, e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida a história política da ditadura militar.

Ana Maria Colling (2017) e Margareth Rago (2013) percebem que, além de política, a narrativa histórica da ditadura militar é androcêntrica, ou seja, reflete as posições normativas de gênero socialmente construídas na sociedade patriarcal brasileira. Da mesma forma, reflete a própria interpretação dualista da história. Tem como sujeito humano universal o sujeito masculino e, assim, afirma a proeminência dos homens no desenvolvimento do espaço público e na politização da vida cotidiana. Por outro lado, reduz as mulheres à esfera privada dos acontecimentos e ao silenciamento na narração. (PERROT, 1991).

Mais recentemente, notam-se alguns avanços no sentido de romper com esse viés estritamente político e masculino das abordagens sobre a ditadura. Esse esforço, vale observar, ocorre na esteira de um movimento maior de renovação historiográfica, que vem ocorrendo nas últimas décadas e busca incorporar novos objetos e perspectivas analíticas. Conforme Soihet (1997), os pesquisadores abarcam grupos sociais até então negligenciados, contribuindo diretamente para a expansão dos estudos sobre as mulheres a partir da ótica das relações de gênero – as quais perpassam todas as relações sociais de poder.

O alargamento nos limites da historiografia e a consequente consolidação do feminino como campo de pesquisa são fenômenos favorecidos, reciprocamente, pela dinâmica social. Ambos estão relacionados à emergência das lutas feministas, a partir da década de

1970, nos Estados Unidos e em outras regiões do mundo – inclusive no Brasil, em pleno contexto autoritário. As campanhas feministas apresentaram às sociedades as reivindicações das mulheres e seus impactos também afetaram a produção do saber histórico. Sobre isso, Tilly (1994, p. 31) considera que:

(...) certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980.

Na tentativa de acompanhar essa expansão nas fronteiras da pesquisa, algumas análises buscaram compreender o sujeito político feminino durante a ditadura militar, mas adotando uma ótica descritiva. Concentraram-se, principalmente, na participação feminina na resistência armada ao regime, focalizando o aspecto da importância numérica nas organizações de guerrilha ou da preponderância de algumas poucas nos postos de comando e na elaboração de estratégias e ações contra o governo.² Não obstante sua importância, essas pesquisas apresentam algumas limitações. A principal delas se deve ao fato de não explorarem o tema a partir da perspectiva das relações de gênero.

De acordo com Scott (1995), o gênero é central porque permite compreender de que maneira as diferenças biológicas entre fêmeas e machos se transformam em diferenças sociais entre mulheres e homens, enquanto seres sociais culturalmente construídos. Indo um pouco além, Saffioti (2004) acrescenta que o gênero é uma categoria histórica, portadora de símbolos culturais evocadores de representações e conceitos normativos que permitem a produção de significados, de instituições sociais e de identidades subjetivas. Portanto, o gênero dá sentido à organização social e cultural da diferença entre os sexos. Ele representa o conjunto de normas, estabelecidas pela sociedade e pela cultura, que modelam os seres humanos em homens e em mulheres, e se expressam nas relações de

² Como exemplo, podem-se destacar as obras de CARBONARI (2005); FERREIRA (1996); RIDENTI (1990 e 2004);

poder entre essas duas categorias e nos papéis sociais, padrões comportamentais e desempenhos atribuídos a cada uma delas.

Segundo Nader (2002), os papéis sociais possuem como forma elementar e mais efetiva as relações de gênero. Eles são duplamente determinados. A princípio, por fatores biológicos, já que antes mesmo do nascimento os pais delineiam a trajetória de vida dos filhos com base no sexo. Depois, por fatores culturais, uma vez que a família é o primeiro meio social a produzir no indivíduo os interesses culturais do ambiente histórico em que se insere, reforçando as diferenças biológicas entre machos e fêmeas. Tais determinações influenciarão diretamente nos padrões comportamentais e no desempenho das funções determinadas pelo gênero. Elas potencializam as diferenças entre mulheres e homens, minimizando as características comuns entre ambos e definindo as hierarquias que serão, a todo tempo, manuseadas nas relações sociais de poder, inclusive naquelas que se estabelecem no viés institucional, entre Estado e cidadãos e cidadãs.

Ao descon siderar as noções de relações de gênero e de papéis sociais, deixa-se de ponderar sobre como as distinções dicotômicas, estabelecidas para homens e mulheres, foram manipuladas pelo Estado autoritário. Mais do que isso, acaba-se não dando conta de questões fundamentais relacionadas à violência de gênero sofrida pelas mulheres. Quando tratam da violência contra as mulheres, as abordagens descritivas a relacionam aos tradicionais conceitos da sociologia política, como controle social, violência de Estado ou violência institucional, e percebem o Estado como um órgão central de controle, detentor do monopólio legítimo da violência. Por essa ótica, não percebem a violência contra as militantes como uma violência sofrida não pelo fato de serem mulheres se levantando na luta política contra um Estado despótico, mas por serem mulheres motivadas a desafiar a hierarquia das relações sociais de gênero e ousar escapar do reduto privado e dos papéis sociais aos quais estão determinadas.

Conforme Bandeira (2014), é preciso ir além, pois é pela perspectiva de gênero que se entende o fato da violência contra as mulheres cometida pelos agentes do Estado militar – majoritariamente homens, é preciso ressaltar – emergir da questão da alteridade. Essa

violência não se referiu somente às ações políticas de aniquilação do “inimigo político”, um indivíduo visto nas mesmas condições de existência e valor que seu perpetrador. Ela foi, sobretudo, motivada pelas relações assimétricas de poder baseadas na condição de sexo, as quais se dissolvem em diferentes vetores no cotidiano de mulheres e homens.

O uso da categoria violência de gênero possibilita reconhecer que as ações violentas são produzidas em contextos sociais e históricos específicos, nos quais a centralidade das ações violentas – físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais – incide sobre a mulher, no âmbito privado ou público. Esse tipo de violência concentra-se, historicamente, sobre os corpos femininos e expressa as desigualdades marcantes das relações hierárquicas de gênero, as quais são frutos da construção social.

No seio da cultura patriarcal brasileira, a construção social é bastante rígida e os mitos da virilidade e da feminilidade funcionam como elementos substanciais na formação de homens e mulheres. Além disso, dão suporte e fortalecem as diferenças hierárquicas entre ambos (NADER, 2001). O patriarcado estabelece como papel social feminino a atuação na esfera privada e familiar, com o direcionamento de sua sexualidade à reprodução de filhos legítimos e de seu padrão comportamental ao recato, passividade, submissão e honra. Por sua vez, associa o masculino à potência da sexualidade, ao poder, ao domínio, ao sentimento de posse e à violência, concentrando na figura do homem o protagonismo público-social e os valores materiais.

Desde a extensa e rural família colonial, passando pela urbano-nuclear e burguesa do século XIX, o sistema de divisão e hierarquização dos padrões comportamentais e sociais conforme o sexo vem sobrevivendo às inúmeras mudanças sociais no Brasil. A conservação de uma rede de tradições, valores, costumes e hábitos garante a sobrevivência da lógica patriarcal, mantendo a mulher numa posição subalterna em relação à naturalizada dominação do homem (NADER, 2016)

O patriarcado tem como paradigma a ideia de que os homens dispõem do poder de usar da violência para submeter as mulheres (GROSSI, 1998). No seio dessa dialética,

sobrevivem, paradoxalmente, representações positivas e negativas das mulheres. De um lado, as positivas as apresentam como mães e esposas ideais, guardiãs da moral, criaturas frágeis, dóceis, incapazes de tomar decisões e, por isso, necessitadas de direcionamento e submissão. De outro, as negativas as definem como criaturas irracionais, desprovidas de senso crítico e tino intelectual, escravas de seu corpo e suas paixões, histéricas e desobedientes.

A permanência histórica do sistema patriarcal de divisão e representação conforme o gênero foi nítida durante a ditadura militar, especialmente durante os chamados anos de chumbo, no governo do general Emílio Médici (1969-1974). A violência que atingiu níveis absolutos adquiriu não somente caráter de política de Estado, mas instrumentou o poder e a dominação baseada no gênero. Por isso, é indispensável considerar o peso dos valores patriarcais e da ordem normativa de gênero para entender como a violência dos militares operou no controle social e na violação do corpo das militantes durante esse período. Sobre isso, Carrera (2005, p. 64) propõe que:

La dictadura exalta una única identidad femenina a la que deben ajustarse las mujeres, la identidad mariana, de madre-esposa, fiel compañera del soldado, salvadora de la “patria”, figura femenina que se presenta como “gran madre” [...]. Esta representación de las mujeres será acompañada de una serie de mecanismos discursivos y de control (social, jurídico, y en muchos casos represivos) que harán efectivo el nuevo orden de género. La ideología militar en tanto expresión máxima de lo masculino, y con el poder del aparato del Estado en sus manos, configurará este mapa de tutela sobre los cuerpos de las mujeres [...].³

O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) aponta que, enquanto prática sistemática, a tortura apresentava alguns métodos físicos e psicológicos padronizados de maus tratos, a saber, xingamentos, ameaças, espancamentos, choques elétricos e palmatórias, afogamentos, sufocamentos, estrangulamentos, simulações de

³ (Tradução livre) A ditadura enaltece uma única identidade feminina à qual as mulheres devem se ajustar, a identidade mariana, de mãe-esposa, fiel companheira do soldado, salvadora da “pátria”, figura feminina que representa a “grande mãe” [...]. Esta representação das mulheres será acompanhada de uma série de mecanismos discursivos e de controle (social, jurídico e, em muitos casos, repressivos), que efetivarão a nova ordem de gênero. A ideologia militar, como expressão máxima do masculino e com o poder do aparato do Estado em suas mãos, impõe este projeto de tutela sobre os corpos das mulheres [...].

fuzilamento, aplicação de técnicas como o telefone⁴, a geladeira⁵ e o pau de arara⁶, impedimento do sono, de comida e água. Porém, apesar da aparente uniformização, homens e mulheres foram violentados de maneiras específicas em função de seu gênero.

[...] Os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em *loci* de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas. Nesses mesmos espaços de violência absoluta, também foi possível feminilizar ou emascular homens [...] (BRASIL, 2014c, p. 366-378).

Sapriza (2005) considera que, na tortura militar, ficou absolutamente clara a assimetria de poder entre homens e mulheres, além da relação entre poder, corpo, gênero e ideologia. Fundamentando essa prática, reside uma noção patriarcal chave, a saber, a de que os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e a autorização, ou ao menos a tolerância, para zelar e punir o que se apresenta enquanto desvio (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Às mulheres é dispensado um tratamento diferenciado no ato de informar: se consideradas subversivas, sua vida privada é quase sempre devassada, como se a atividade política fosse uma decorrência de sua moral sexual; se os homens conquistam adeptos para a sua causa por meio de técnicas de propaganda, aquelas se valem da sedução. Amasiam-se, prostituem-se, usam drogas. Pelo conteúdo dos registros, pode-se afirmar que a maioria dos informantes possui um radical desprezo pela mulher subversiva, considerada, a um só tempo, degradada e perigosa. Neste caso, o seu espaço de convívio privilegiado, - o lar, e o papel de esposa e mãe de família, foram sufocados em nome de uma postura agressiva, tipicamente masculina (MAGALHÃES, 1997, p. 207).

As mulheres que subverteram os papéis sociais de “moças de família”, esposas e mães, que, além de ultrapassar os limites do privado e questionar a ordem política, ousaram

⁴ Técnica de aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos, ao mesmo tempo, que poderia levar ao rompimento dos tímpanos e à surdez (BRASIL, 2014c, p. 369).

⁵ Técnica de origem britânica em que o preso é confinado em uma pequena cela forrada com placas isolantes, sem orifício por onde penetre luz ou som externo. Um sistema de refrigeração alterna temperaturas baixas com temperaturas altas. Acendem-se, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, geralmente despida, é mantida por períodos que variam de horas até dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água (BRASIL, 2014c, p. 372).

⁶ Técnica de suspensão do indivíduo através de um travessão de madeira ou metal, com pés e mãos atados, geralmente para aplicação de outras técnicas de tortura (BRASIL, 2014c, p. 373).

subverter os padrões normativos do feminino e se aproximarem do extremo oposto, o estereótipo masculino, foram categorizadas como subversoras, machos, duronas, resistentes, subversivas, terroristas. Em função disso, habilitavam-se enquanto alvo de violações psicológicas e morais por ações de discriminação, desrespeito, rejeição, depreciação, humilhação, agressão contra sua idoneidade, acusações falsas, insultos, agressões verbais, difamação e injúria.

Mas a principal forma de punição que sofreram por conta dos desvios aos padrões legitimados pelo patriarcado foi a transformação de seus corpos em objetos. As militantes presas sofreram, sobretudo, violações sexuais⁷, sendo as mais comuns delas as agressões verbais e os xingamentos de cunho sexual, o impedimento do livre e privado acesso ao banheiro, a nudez forçada, os choques elétricos nos seios, mamilos, vagina e as penetrações não consentidas. As militantes gestantes foram igualmente submetidas às violações de gênero. O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta ter inclusive havido uma peritagem distinta na tortura dos corpos das grávidas, com a utilização de técnicas individualizadas para evitar ou efetivar o aborto, e até mesmo para esterilizar a mulher (BRASIL, 2014d, p. 412). Em muitas ocasiões, os crimes se davam na presença de filhos e filhas, familiares e outros militares, homens, como possível forma de potencializar constrangimentos, dores e sofrimentos.

Os depoimentos concedidos por ex-alunas e militantes políticas à Comissão da Verdade UFES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016) dão a ler as peculiaridades da violência de gênero praticada pelos militares no período em debate. O

⁷ No capítulo dedicado à violência sexual e de gênero, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014d, p. 418-419) adota a definição preconizada pela Organização Mundial de Saúde, segundo a qual é considerada violência sexual quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidas, para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa e em qualquer ambiente. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obrigada a outra pessoa à prática sexual ou sexualizada por meio de força física, influência psicológica ou uso de armas e drogas. Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilar nu ou seminuda diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminuda; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminudas e expô-las a amigos, familiares ou estranhos; ausência de privacidade e negação de artigos de higiene no uso de banheiros.

relato de uma das militantes torturadas, a ex-aluna do curso de Odontologia Laura Maria da Silva Coutinho, sobre a ocasião de sua prisão, em março de 1971, denota com clareza a discrepância de poder baseada no gênero e as violações específicas experimentadas pelas mulheres:

Fomos levados para o hospital militar. Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada aconteceria comigo porque estava grávida [...]. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar [...]. Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só aguentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade, como não era organizada, não tinha muito que entregar, então o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. Dava para eles saberem que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar. Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. “Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 82).

Outras militantes também relataram os abusos que sofreram em função do gênero na ocasião de suas prisões, em dezembro de 1972. Ex-aluna do curso de Medicina, Maria Magdalena Frechiani descreveu que, mesmo grávida, ficou juntamente com outras mulheres numa cela escura e sem banheiro, além de ter sido alimentada com comida estragada. Quando precisava ir ao banheiro, era acompanhada por dois militares, homens, e dois cães treinados para o ataque, que ao comando da palavra “terrorista”, avançavam sobre seu corpo. Ela chegou a ser forçada a abortar sob o argumento de que ficaria presa por muitos anos e a filha também (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 99).

A militante e ex-aluna do curso de Medicina, Elizabeth Madeira, relatou o cenário “assustador” do Centro de Informações da Marinha, local de sua prisão e de outras mulheres, onde “tudo era escuro, povoado por sujeitos horríveis e orientado a impressionar, a infligir sofrimento”. Ela foi vítima de interrogatórios agressivos, em que foi xingada e jogada contra um sofá por homens armados. Em seu depoimento à

Comissão, recordou a existência de um capitão que chefiava a prática da tortura aos gritos de “mulher presa para mim é homem”. Mantida numa cela sem banheiro, ela relatou a presença constante de homens e cães que observavam seu corpo e a inibiam de urinar e defecar (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 100).

A militante e ex-aluna do curso de Geografia, Ângela Milanez, relatou que teve as roupas rasgadas e foi deixada nua durante o período de sua detenção, inclusive em celas solitárias. Também foi mantida em celas sem banheiro, sob vigilância permanente de militares, homens, que a inibiam de ir ao banheiro ou tomar banho. A tortura que sofreu incluiu ser encapuzada e ameaçada com uma cobra, que seria enrolada em seu corpo caso ela se negasse a prestar as informações exigidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse debate, observa-se que o gênero viabiliza interpretar as manipulações praticadas pelo Estado militar em seus crimes contra as mulheres. Mais exatamente, a categoria violência de gênero oportuniza entender como a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transpareceu na violência cometida pelos militares, explicitando o caráter tradicionalmente patriarcal e sexista das representações compartilhadas acerca do feminino.

Os informes do relatório da Comissão Nacional da Verdade e os testemunhos das ex-alunas militantes à Comissão da Verdade UFES permitem afirmar que as mulheres foram as principais vítimas da violência de gênero praticada pelo Estado autoritário, sobretudo durante nos *anos de chumbo*, quando a tortura adquiriu caráter de política oficial. Ao se arriscaram a desafiar um regime político autoritário e, principalmente, a ordem social de gênero, as mulheres se elegeram “merecedoras” das violações. O abuso do corpo feminino pelos militares – homens – revelou um viés muito específico, de natureza psicológica, moral, física e, principalmente, sexual.

Em um contexto no qual as mulheres reclamavam emancipação, liberdades no campo da sexualidade e direitos ao seu próprio corpo, as militantes políticas foram violentadas exemplarmente, como forma de serem silenciadas e, ao mesmo tempo, dizerem à sociedade o que poderia ocorrer caso mais mulheres ousassem subverter o modelo hegemônico do feminino.

REFERÊNCIAS

FONTES SECUNDÁRIAS

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte II, Cap. 3: Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 198. Brasília: CNV, p. 85-108, 2014a.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte III, Cap. 9: Tortura. Brasília: CNV, p. 328-398, 2014c.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, Parte III, Cap. 10: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. Brasília: CNV, p. 400-435, 2014d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Comissão da Verdade UFES**. Vitória: Edufes, 2016.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam. (Org.). **1964: do golpe à democracia**. São Paulo, Editora HEDRA, 2015.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – o Estado de São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1999.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

CARBONARI, Márcia. A atuação da mulher na resistência à ditadura militar. **Anais do II Congresso Sul-Americano de História**, Passo Fundo, RS, 2005.

CARRERA, Carolina. Un secreto a voces. In: ZAVALA, Ximena (org.). **Memorias de ocupación**: violencia sexual contra mujeres detenidas durante la dictadura. Santiago: Fundacion Instituto de la Mujer/Humanas, 2005, p. 51-72.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, 2005.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas, RS, v. 10, n. 10, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a Conquista do Estado Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, VOZES, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 167-207, 2003.

_____. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, sexualidade e saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 146-155, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In. PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillar (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 293 -313.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no cone sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, 2010.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e Pornográficos**. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**. Vitória: n. 14, 2002.

_____. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião. **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES/PPGHIS, 2006.

_____ et al. A violência contra as mulheres em Vitória (ES): caminhos para a compreensão e enfrentamento do problema. In: FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo. **A política no corpo**: gêneros e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). Tese de Livre-Docência em História, Faculdade de História, USP, São Paulo, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v. 15, n. 3, p. 398-405, 2011.

PERROT, Michelle; HUNT, Lynn; HALL, Catherine. Ergue-se a cortina. In. PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 1991.

RAGO, Margareth. **A AVENTURA DE CONTAR** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

_____ et al. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru/SP: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e Barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés. **Historia, género y política en los 70**. Buenos Aires, Feminaria, 2005. Disponível em: <<http://www.feminaria.com.ar/colecciones/temascontemporaneos/temascontemporaneos.asp#007>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <www.disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.399-429.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, v. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <www.cppnac.org.br>. Acesso em 10 dez. 2017.